

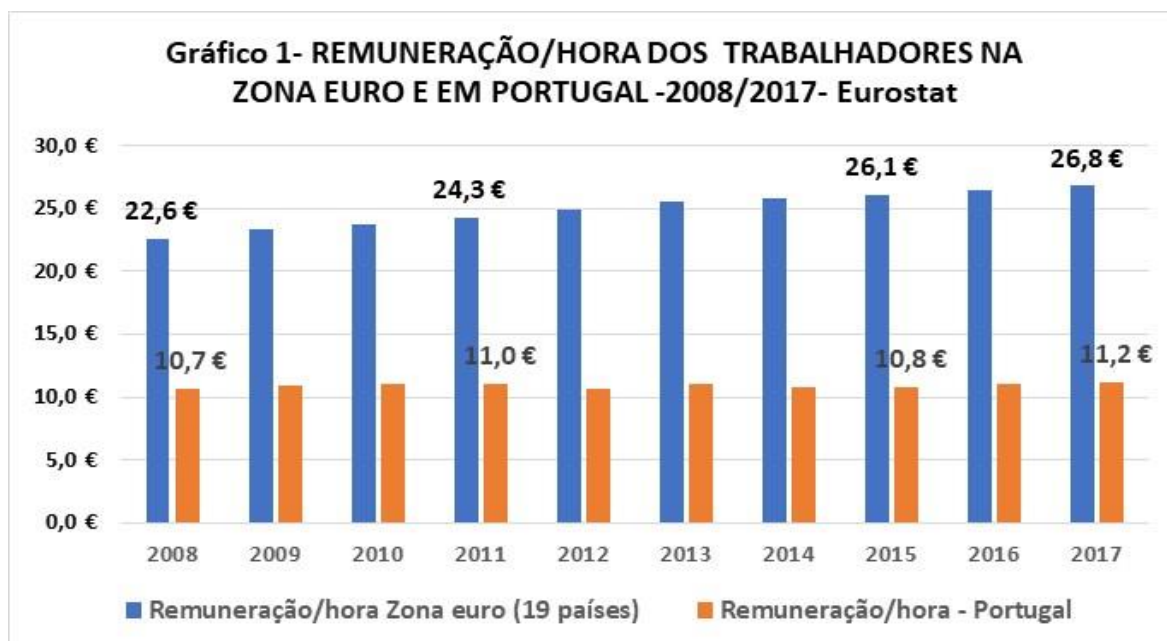
Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

O EURO DE MÁRIO CENTENO COMO “VEÍCULO DE PROSPERIDADE”: o mito e a realidade

Para Mário Centeno, o euro deve ser “um veículo de prosperidade para os cidadãos europeus”.” (Jornal Negócios, Dez.2018). E como prémio pelo seu apoio fervoroso, a revista “The Banker”, do Financial Times, uma revista ligada à alta finança inglesa (city of London) considerou “o ministro das Finanças português Mário Centeno como o melhor ministro das Finanças do ano (2018) na Europa”, o que foi depois repetido acriticamente por todos os grandes órgãos de informação portugueses e pelos “opinion makers” que têm acesso fácil aos media, condicionando fortemente a opinião pública nacional. No entanto, o que é bom para os grandes grupos financeiros pode não ser bom nem para Portugal nem para os portugueses. Por isso, interessa analisar com objetividade se o euro tem sido um veículo de prosperidade para os portugueses, o que tem acarretado para o nosso país estes 20 anos de euro, ou melhor, qual é a situação de Portugal e dos portugueses ao fim de 20 anos de euro, e quais os desafios e as dificuldades que os aguardam no futuro. Para isso, vamos utilizar a linguagem objetiva dos dados oficiais. Esta análise, até por limitações de espaço, vai-se limitar a alguns (poucos) aspetos importantes que condicionam o presente e o futuro dos portugueses e de Portugal.

A EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES EM COMPARAÇÃO COM OS DA ZONA EURO SEGUNDO O EUROSTAT, O SERVIÇO OFICIAL DE ESTATÍSTICA DA U.E.

O gráfico 1, com os dados divulgados pelo Eurostat, mostra com clareza com tem evoluído as remunerações dos trabalhadores portugueses em comparação com a média das remunerações dos trabalhadores da Zona Euro, constituída por 19 países.

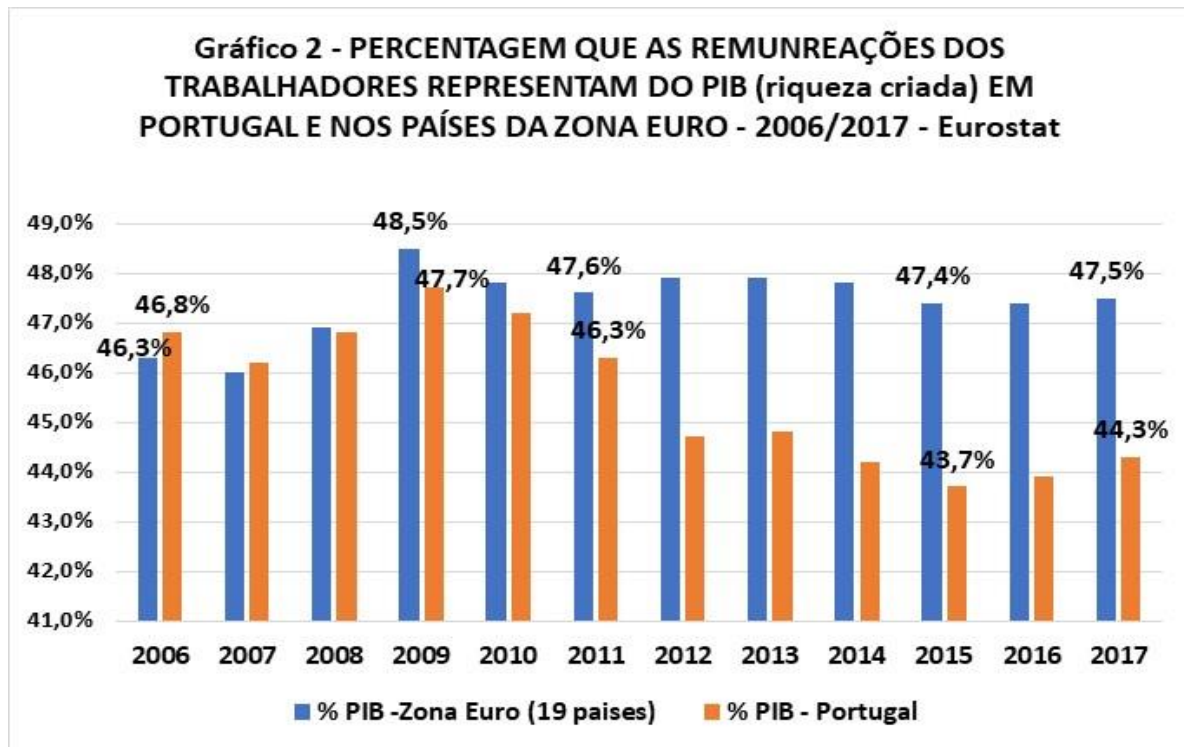


Segundo o Eurostat, em 2008, a remuneração/hora de um trabalhador em Portugal correspondia 47,3% da média da Zona euro; em 2011 representava já apenas 45,3%; em 2015 somente 41,4% e, em 2017, 41,8% da média das remunerações dos trabalhadores da Zona Euro, ou seja, menos de metade. Eis “veículo de prosperidade”, para utilizar as palavras de Centeno, que tem sido o euro para os trabalhadores portugueses.

No 3º Trimestre de 2018, segundo o Inquérito ao Emprego do INE, 950.000 trabalhadores (26,2% do total) recebiam mensalmente menos de 600€ e 2.342.500 trabalhadores portugueses (64,7% do Total) levavam para casa menos de 900€ por mês. Eis também o resultado, em números, do “veículo de prosperidade” de que se gaba Mário Centeno.

O AGRAVAMENTO DA DESIGUALDE NA REPARTIÇÃO DA RIQUEZA EM PORTUGAL

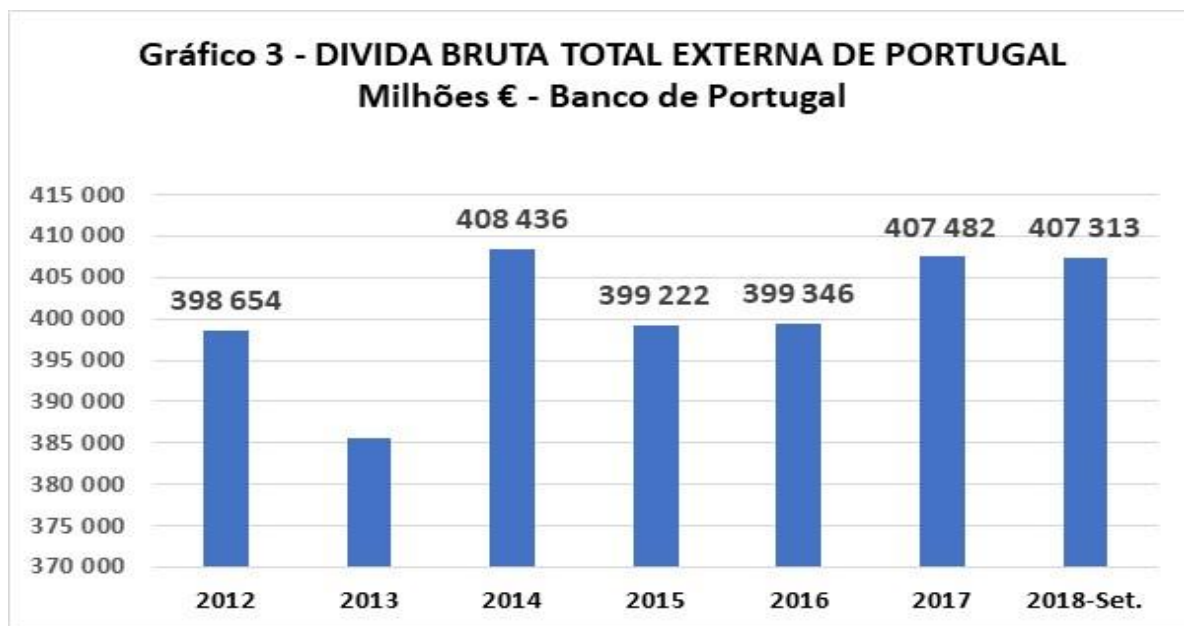
E se completarmos este quadro com outros dados sobre a parte da riqueza criada que reverte para os trabalhadores tanto em Portugal como nos países da Zona euro, ou seja, como se reparte a riqueza criada no nosso país e nos países da Zona Euro, o retrato fica ainda mais claro e completo. E para que não hajam dúvidas que não estamos a manipular a realidade vamos continuar a utilizar dados divulgados pelo insuspeito Eurostat que é o serviço de estatísticas oficiais dos governos dos países da União Europeia (gráfico 2).



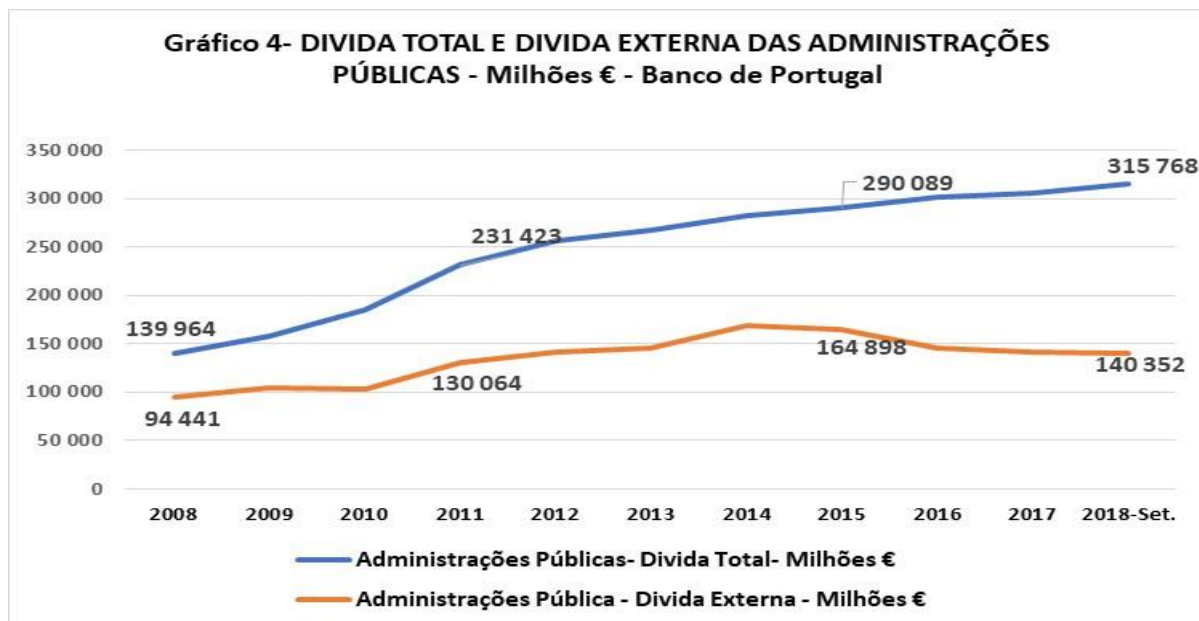
Os dados do Eurostat são claros, não deixam margens de dúvidas, e tornam desnecessários os comentários. Em 2006, apenas 46,8% da riqueza criada em Portugal revertia para os trabalhadores que representavam cerca de 84% da população empregada; em 2011, tinha diminuído para 46,3%, e no fim do governo de Passos Coelho/Paulo Portas/troika” tinha-se reduzido para 43,7%, tendo subido em 2017 para 44,3% mas continuando a ser inferior à média da Zona Euro que, em 2017, era 47,5%. Um valor superior ao 2006, precisamente o contrário do que se verificou em Portugal que diminuiu. Este é também o resultado do “veículo de prosperidade” de que fala Mário Centeno.

A DÍVIDA EXTERNA DO PAÍS E DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS CONTINUA A SER ENORME E A CRESCER, QUALQUER SUBIDA DAS TAXAS DE JUROS TÊM EFEITOS GRAVES

O gráfico que a seguir se apresenta, construído com dados divulgados pelo Banco de Portugal, mostra de uma forma clara a enorme dívida do nosso país ao estrangeiro. Qualquer subida significativa da taxa de juros terá consequências dramáticas para o país



Este enorme endividamento do país (em 2018, superior em mais de duas vezes ao valor do PIB de Portugal) está associado também a um enorme e crescente endividamento das Administrações Públicas quer total quer ao estrangeiro, como revela o gráfico 4.



Como revelam os dados do Banco de Portugal, a dívida total das Administrações Públicas continuou a aumentar com o governo de António Costa/Mário Centeno, embora a dívida externa tenha diminuído, mas continuando a ser muito elevada (140.352 milhões € em 2018).

PARA CUMPRIR O QUE BRUXELAS EXIGE CORTA-SE NA DESPESA E NO INVESTIMENTO PÚBLICO COM CONSEQUÊNCIAS DRAMÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O quadro 1, também com dados do Eurostat, mostra a queda significativa, com consequências dramáticas no desenvolvimento do país assim como na prestação de serviços públicos à população (*saúde, educação, transportes públicos, segurança social, etc.*), pois sem investimento e sem trabalhadores não é possível realizar isso

Quadro 1 – A FBCF (investimento) Total e Público medido em % do PIB nos países da Zona Euro e em Portugal e a % que as remunerações da Função Pública representam do PIB

ANOS	FBCF (investimento) TOTAL-% do PIB- Zona euro (19 países)	FBCF (investimento) TOTAL-% do PIB - Portugal	FBCF- Investimento Público - % do PIB Zone euro (19 países)	FBCF- Investimento Público - % do PIB - Portugal	Remunerações dos Trabalhadores das Administrações Públicas - % do PIB Portugal
2008	23,0%	22,8%	3,3%	3,7%	13,1%
2009	21,1%	21,1%	3,6%	4,1%	14,0%
2010	20,7%	20,5%	3,4%	5,3%	13,7%
2011	20,8%	18,4%	3,1%	3,5%	12,8%
2012	20,2%	15,8%	2,9%	2,5%	11,7%
2013	19,6%	14,8%	2,8%	2,2%	12,5%
2014	19,6%	15,0%	2,7%	2,0%	11,9%
2015	20,0%	15,5%	2,7%	2,2%	11,3%
2016	20,4%	15,5%	2,6%	1,5%	11,3%
2017	20,6%	16,6%			

FONTE: Eurostat

Os dados do Eurostat revelam que se verificou em Portugal uma quebra significativa quer no investimento total (em 2017, menos 20% que a taxa da Zona Euro) quer no investimento público (em 2017, menos 42,3% que a taxa da Zona euro), e na despesa com pessoal da Função Pública, medida em % do PIB, com efeitos graves quer para o desenvolvimento do país quer para suprir as necessidades básicas da população, com consequências graves na vida dos portugueses, sentidas já pela maioria da população. No período 2006/2017, a taxa média anual de crescimento económico foi de 1,04% na Zona euro e de apenas 0,3% em Portugal, o que mostra bem o que é “o euro como instrumento de prosperidade”. E isto tudo também para cumprir a meta de 0% no défice que Mário Centeno tanto se gaba, mas hipotecando o futuro do país e a vida dos portugueses. Mas o euro não teve apenas consequências negativas, teve também aspetos positivos para os portugueses como sejam a estabilidade dos preços e da taxa de câmbio, assim como taxa de juros baixos o que tornou o crédito acessível a muitos portugueses (muitos certamente ainda se lembram de taxas de inflação e de juros superiores a 20% que “comiam” salários, pensões e poupanças).. Mas isso é matéria para outro estudo.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt 9-1-2019

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 3